

**AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA URBANA E A HABITAÇÃO:
A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM BRASÍLIA/DF**

**THE ACTIONS OF RESISTANCE AND HOUSING: THE
STRUGGLES FOR THE RIGHT TO THE CITY IN BRASÍLIA/DF**

Ananda de Melo Martins

QE 40, Rua 1, lote 3, 304 – Guará II, Brasília/DF
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEA
Universidade de Brasília – UnB
anandamartins@unb.br / asnitram@gmail.com

Recebido 19 de fevereiro de 2016, aceito 10 de maio de 2016

RESUMO– Brasília/DF foi concebida para abrigar a capital do país e se tornou um marco na história da arquitetura moderna mundial. Ao mesmo tempo, apresenta-se para além do plano antes mesmo da sua inauguração, como uma cidade a expressar um espaço de lutas – conflitos e disputas – pelos trabalhadores que por meio da reivindicação pela habitação se organizavam. Nesse contexto, daremos enfoque à contribuição da organização coletiva e das lutas sociais na prática da luta pelo direito à Cidade em Brasília/DF, considerando o debate proposto por Lefebvre que traz a crítica à ideologia urbanística e ao seu impacto. O objetivo do presente artigo é discutir a luta por habitação em Brasília/DF na composição da estratégia de mobilização para ação política necessária à disputa e luta pelo direito à Cidade considerando o protagonismo assumido pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST/DF.

Palavras-chave: direito à cidade, resistências urbanas, habitação, Brasília, MTST.

ABSTRACT– Brasília/DF was conceived in order to house the country’s capital and become a landmark in the worldwide history of modern architecture. At the same time, it grew beyond the original plans even before its launch as a city that would express a field of struggles – conflicts and disputes – by the workers

that organized themselves by way of housing demands. In this context, we will focus on the contribution of collective organizing and social struggles in the practice for the fight for the right to the City in Brasília/DF, considering the debate proposed by Lefebvre that critiques urban ideology and its impact. The object of this article is to discuss the struggle for housing in Brasília as part of a strategy for mobilization for the political action necessary for disputing and struggling for the right to the City, in this case, considering the prominent role taken by the Homeless Workers' Movement (MTST/DF) as protagonists.

Keywords: right to the City, urban resistance, housing, Brasília, MTST

INTRODUÇÃO

“Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos.

Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são, em consequência,

projetos referentes as possibilidades humanas, a quem queremos ou,

o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser.

Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e fazer no tocante a isso”.

(HARVEY, 2004: 210/211)

Brasília/DF foi concebida para abrigar a sede política do Brasil no final da década de 1950, e se tornou um marco na história da arquitetura moderna

mundial¹, reconhecida pela UNESCO como patrimônio da humanidade (1987) pela monumentalidade projetada que figura seu principal cartão de visita. Ao mesmo tempo, a capital federal se apresenta para além do plano antes mesmo da sua inauguração, como uma cidade a expressar um espaço de lutas – conflitos e disputas – pelos trabalhadores que por meio da reivindicação pela habitação resistiam e/ou se organizavam.

Embora pouco conhecida por essa faceta, Brasília tem um histórico de organização coletiva e lutas sociais que resultou, ao longo do tempo, na antecipação da constituição de algumas Regiões Administrativas (RA)², antes conhecidas como “cidades satélites”. Composta atualmente por 31 RAs, esta cidade não está alheia aos embates históricos, ainda que “a lacuna existente quanto à memória das lutas populares em Brasília nos dá a falsa sensação da inexistência de participação das classes trabalhadoras na sua história social e política” (JACCOUD, 1998:145).

Contudo, a mobilização da Cidade Livre (atualmente o Núcleo Bandeirante) com o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, as Associações de Moradores das Vilas Mercedes, IAPI, e o movimento dos Incansáveis da Ceilândia (PAVIANI, 1998), entre outros, nos indica que a validade da argumentação referente à ínfima tradição de lutas sociais no DF não se sustenta. Ao contrário, nos indica, como pressuposto, a disputa pela cidade como parte do seu processo de consolidação diante da “dinâmica e a efervescência que a cidade irradia” (STEINBERGER, 1999: 25).

1 Segundo o critério IV para o tombamento da capital federal tem destaque a expressão dos princípios modernistas baseados na Carta de Atenas. Vide a descrição de Brasília pela UNESCO em <<http://whc.unesco.org/en/list/445>>

*2 Vide as considerações de Lúcio Costa em relação a esse processo que considera como um desvirtuamento do plano. COSTA, Lúcio. **Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília**. I Seminário de estudos Urbanos de Brasília (p.26).*

Entre as múltiplas facetas que induziram a transformação de Brasília em um Aglomerado Urbano³, o enfoque que damos à organização coletiva e às lutas sociais na construção da prática da luta pelo direito à Cidade em Brasília/DF faz com que retomemos a composição conceitual da proposta de Lefebvre na década de 1960. Em sua contribuição sobre o direito à Cidade este autor enfatiza a crítica à ideologia urbanística e o seu impacto. Lefebvre (2001) destaca que a aplicação de um conhecimento pautado no funcionalismo tenta reduzir “a sociedade urbana à realização de algumas funções previstas e prescritas na prática pela arquitetura” (LEFEBVRE, 2001: 42). Sendo Brasília/DF fruto dessa ideologia, que tem Le Corbusier como principal ícone, discutir tais impactos e suas contradições nos parece relevante, uma vez que, contrastando com o forte discurso de igualdade social que envolvia a construção da nova capital federal, por meio da “intervenção urbanística”, está a realidade que ainda permanece composta pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores em meio à extrema valorização da terra.

Assim ao pensara privação do urbano como fundamento das lutas pelo espaço no qual os movimentos sociais assumem protagonismo na luta pelo espaço de realização da vida, nos propomos a construir um movimento reflexivo acerca da luta pela habitação em Brasília e a constituição de ações de resistência urbana.

Diante da centralidade do tema da habitação na capital federal, assim como em diversas cidades no Brasil e no mundo, tomamos a luta pela habitação, muito mais que uma reivindicação pontual, como um elemento estratégico para a mobilização com vistas à organização coletiva. Isso porque a luta pela apropriação por meio do uso dos espaços da cidade pode constituir relações

3 Segundo Steinberger (1999: 26), entende-se o Aglomerado Urbano como “uma categoria espacial composta por duas ou mais cidades que possuem relações de interdependência”. Ainda segundo esta autora, ao falar de Brasília é fundamental se referi ao Aglomerado Urbano considerando a intensa relação entre o Distrito Federal e os municípios do entorno imediato do seu quadrilátero.

sociais que produzam uma sociedade sob os preceitos da justiça socioespacial.

Assim, o objetivo do presente artigo é discutir a luta por habitação em Brasília/DF na composição da estratégia de mobilização para ação política necessária à disputa que conforma a luta pelo direito à Cidade na contemporaneidade.

Nesse contexto, o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que estabelece a coordenação estadual do DF em 2010, reforça o debate sobre as ocupações urbanas e se apropria do discurso do direito à Cidade como eixo de orienta⁴ção de suas ações de resistência urbana e organização coletiva. Evidenciam que ao mesmo tempo em que o movimento do capital incide no espaço urbano de modo a homogeneizar, fragmentar e hierarquizar a cidade (LEFEBVRE, 1999; PENNA, 2000; BOTELHO, 2007), os movimentos sociais urbanos por meio da resistência urbana na luta pela habitação, assim como outros, nos coloca frente à necessidade de recompor a unidade da cidade, do urbano em sua totalidade humanizadora.

A análise a partir de Brasília, no entanto, não pretende, como aponta Paviani (1987: 36), ser uma “interpretação do ‘local’ [como] um caso isolado”, ao contrário, trata-se da relação direta desta escala com a dimensão nacional e os processos globais que engendram a produção do espaço urbano na contemporaneidade. Dessa forma, ainda segundo este autor (*Ibdem*), essa perspectiva possibilita que “se distinga no rebatimento local (espacial) uma ‘onda’ de povoamento que se assemelha e se identifica com o esparramamento urbano de qualquer outra grande cidade brasileira”⁵.

4 O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) tem uma coordenação nacional, sediada em São Paulo, e as coordenações estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Brasília, entre outras. Com isso, buscam articular ações e demandas locais com a atuação que empreende frente ao governo federal na reivindicação pela consolidação e ampliação dos direitos sociais.

5 Paviani (1987) se refere neste artigo à análise da Urbanização periférica em Brasília no final da década de 1980 já indicando, assim como outros autores da Coleção Brasília, a inserção da capital federal no processo de urbanização nacional e do movimento global.

O PLANO versus A OCUPAÇÃO DA CIDADE: ENTRE O AMBICIONADO E O VIVIDO⁶

A construção física de Brasília, “preenche de projetos e símbolos”, como indica Ana Clara Torres Ribeiro ao prefaciar a obra de Nunes (2004: 07), desencadeou uma série de inquietações que, ao longo do tempo, vão sendo resolvidas, reforçadas e/ou reformuladas. A habitação, nesse contexto, sempre figurou a história de Brasília de forma protagonista, e marcou o processo de produção do espaço urbano na capital federal de maneira bastante particular, ainda que reproduza padrões globais presentes nas grandes cidades do Brasil e do mundo.

A especificidade de Brasília diante do plano e o planejamento, traçados para conceber a nova capital do país, não a isola do processo de urbanização do Brasil à época. Ao contrário, segundo Ferreira (1985: 44), o fato de ser criada a partir da especificação prévia do uso da terra urbana “não a torna totalmente diferente das demais cidades brasileiras, nem dissociada do processo de urbanização do país”. Segundo Silveira (2008: 18), os termos da urbanização nesse período (1950/60) se caracterizaram pela “escassez de habitação e de equipamentos coletivos, alimentando o círculo vicioso da pobreza”, ou seja, na prática o planejamento da cidade foi pensado com esta referência em meio às tensões que envolvem esse padrão de urbanização.

Antes mesmo da inauguração, em torno da área central – Plano Piloto de Brasília – foram formados diversos núcleos urbanos delimitados oficialmente sem qualquer infraestrutura urbana e garantia de posse aos novos moradores. A partir de ocupações *espontâneas* – chamadas na literatura referente à Brasília de *invasões* em função da irregularidade/ilegalidade – e das ações sistemáticas de remoção dessa população para áreas distantes da área planejada, Brasília tomava uma forma associada, para além de sua monumentalidade e as estruturas de poder,

⁶ Expressão utilizada por Ana Claras Torres Ribeiro no prefácio da obra *Brasília: A fantasia corporificada de Brasilmar Ferreira Nunes*.

à permanência, à luta e à resistência de diferentes grupos de trabalhadores pela fixação em terras do Distrito Federal⁷.

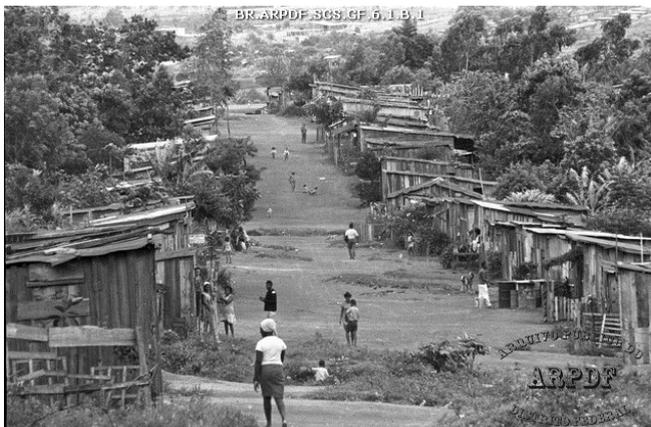
Alguns núcleos periféricos foram criados ao mesmo tempo em que se construía a cidade, que como município único do Distrito Federal passaria a ser composta pela malha urbana formada pelo Plano Piloto de Brasília (Região Administrativa I – Brasília) e as demais Regiões Administrativas (antes denominadas cidades-satélite). As remoções das ocupações *espontâneas* iniciais foram ordenadas pelo Estado e deu origem as primeiras Regiões Administrativas, como o Núcleo Bandeirante (RA VIII – antiga Cidade Livre) e Taguatinga (RA III) em 1958 – esta última para absorver a ocupação que deu origem à “favela Sarah Kubitschek” (instalada na rodovia Brasília-Anápolis). Em seguida Sobradinho e Gama (1960), Paranoá (1964), Guará (1966) e a Ceilândia (1970) – Brazlândia e Planaltina já existiam antes da transferência da capital Federal, tendo sido incorporadas ao território do DF por estarem dentro da área delimitada do quadrilátero.

A Ceilândia, uma das RAs mais populosas do DF, é resultado de uma campanha de remoções forçadas (1971) promovida pelo Estado contra a Vila IAPI (Figuras 1 e 2), as Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, dos morros do Querosene e do Urubu, Curral das Éguas e Placa das Mercedes, o que representa mais de 80 mil moradores (FILIPPO & MEDEIROS, 2014) – a sigla dessa ação dá nome a esta RA: Campanha de Erradicação de Invasões (CEIlândia).

7 Ao pensar a construção de Brasília existia no plano de Lúcio Costa a intenção de criar as cidades satélites como apoio às demandas do Plano Piloto de Brasília. No entanto, essa seria, segundo o plano, uma intervenção futura, que se antecipa em função da dinâmica impressa pelas ocupações dos trabalhadores. Essas cidades-satélites são chamadas de Regiões Administrativas diante da composição econômica, política e social que muitas delas assumiram ao longo do tempo independente do Plano Piloto de Brasília; a nova denominação foi determinada pelo Decreto nº 19.040 de 18 de fevereiro de 1998, disponível em <<http://www.fazenda.df.gov.br//aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=19040&txtAno=1998&txtTipo=6&txtParte=>>.



*Figura 1 – Vista aérea da ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 12/12/1963
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal*



*Figura 2 – Ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 15/05/1969
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal*

A ação de remoção pelos agentes do Estado foi facilitada, uma vez que, diferente de outras cidades brasileiras, a terra em Brasília/DF foi constituída como propriedade pública através da aplicação da enfiteuse com foro móvel, o que poderia nos fazer pensar inicialmente que esse seria um elemento capaz de induzir a realização de uma política habitacional diferenciada. A enfiteuse com

foro móvel compôs a proposta de política territorial elaborada pela comissão especial criada pelo governo federal e representa o princípio que declara que “a terra é pública, isto é, de todos, e sua renda reverte em benefício de todos” (SILVA *apud* CAMPOS, 1998: 100), no entanto, optou-se efetivamente, segundo Campos (*Ibidem*: 101),

por uma política territorial que, apesar de ter assegurado a propriedade de certa quantidade de terra em mãos do poder público, não diferia fundamentalmente das regras prevalecentes num mercado imobiliário comum, onde existe uma renda da terra auferida por quem detém a propriedade privada da terra, diferindo apenas neste caso, por ser o Estado, representado pelo governo do Distrito Federal, o referido proprietário.

Segundo Doyle (1996: 117) “o debate sobre a questão fundiária urbana coloca a propriedade estatal da terra como condição básica para a promoção da justiça social”. Contudo, em meio ao processo de urbanização contemporâneo que se materializa a partir da intensa mercantilização do espaço, o que observamos no período de consolidação de Brasília é que esta condição não é suficiente.

Ao contrário, no final dos anos 1980 as remoções sistemáticas deram lugar à política habitacional de distribuição de lotes nas áreas periféricas através da implementação da “política habitacional” de Joaquim Roriz⁸, que fez uso das terras públicas para se beneficiar econômico e politicamente, uma vez que estabelecia, por meio da “doação” de lotes, uma relação clientelista de “favor”.

A política habitacional permitia a ocupação das terras públicas por parte da população que chegava ao DF, mas colocava a maior parte das famílias numa relação de dependência econômica e política para com o grupo Rorizista: as

⁸ Joaquim Roriz esteve à frente da gestão da capital federal por 15 anos, considerando o período em que foi indicado como governador biônico (quando o DF ainda não tinha autonomia política) e as gestões em que foi eleito pelo voto direto.

ocupações não garantiam a titularidade do terreno [da terra]. [...] as famílias deveriam, via de regra, estar vinculada a alguma cooperativa; a maioria dessas cooperativas eram coordenadas por capangas de Roriz (Pedro Passos, José Edmar, Paulo Roriz, Roney Nemer, etc) que extorquiam política e economicamente as famílias. (FILIPPO & MEDEIROS, 2014: 28)

A demanda por moradia traduzida pelas ocupações *espontâneas*, e, logo, as ocupações coordenadas via ação estatal, tanto em torno dos núcleos urbanos mais consolidados, quanto nos chamados “vazios urbanos”, mobiliza um amplo mercado de terras no DF⁹. Entre os agentes político-econômicos que dinamizam esse mercado, no que concerne a moradia e a definição de novas ocupações, teve papel central a NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – e, atualmente, a TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, além de cooperativas / associações habitacionais¹⁰ e as incorporadoras imobiliárias que veem na capital federal uma oportunidade de negócio diferenciado.

Nesse contexto, a política de distribuição de lotes não somente não atendeu às necessidades sociais da população de baixa renda de forma efetiva, como contribuiu para intensificar a fragmentação da cidade e da especulação imobiliária. Com isso se intensifica também a migração forçada desses moradores

⁹ *Acerca do debate em torno do mercado de terras no DF e o processo de segregação espacial* Vide CAMPOS, N. L.. *A segregação planejada*. In: PAVIANI, A. (Org). **A conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, 1998.

¹⁰ *As cooperativa e associações habitacionais e/ou de moradores exige análise particular, uma vez que, ao longo da história da cidade, muitas estiveram/estão envolvidas no processo ilegal de grilagem de terras públicas. No artigo do Correio Braziliense. Déficit habitacional do DF exigirá soluções criativas do novo governo. De 10/12/2010 é exposta a operação da polícia civil em 2010 para prisão de quadrilha que vendia lotes inexistentes ou forjava documentos de pessoas inscritas para beneficiar terceiros; esse esquema envolvia cooperativas e servidores públicos. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/10/interna_cidadesdf.227086/deficit-habitacional-do-df-exigira-solucoes-criativas-do-novo-governo.shtml*

em função não somente dos altos preços dos imóveis como também dos preços exorbitantes de aluguel, que onera o rendimento do (a) trabalhador (a). A cidade que cresce no sentido da periferia – o que não quer dizer que haja aí uma relação de oposição, mas de fragmentação e hierarquização – transborda para o os municípios do entorno goiano (municípios da RIDE/DF¹¹).

Na medida em que o espaço é incorporado ao capital enquanto meio de produção, sobrepõe-se ao valor de uso a condição de troca fazendo com que o espaço seja também elemento essencial para a produção da mais-valia, o que significa, segundo Botelho (2007: 23), “que para usufruir de determinados atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca”. Como prática dessa dinâmica imobiliária / fundiária, o empresariamento da cidade articulado à gestão urbana subordina, segundo Viana *et al* (2010), o espaço ao mercado imobiliário. Ainda segundo essa autora:

Os discursos que tendencialmente impelem à construção do sentido da cidade em tempos hodiernos articulam a reprodução do espaço aos pressupostos teóricos do empreendedorismo urbano como conjunto de ações políticas, econômicas e técnicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social nas cidades. É, por isso, um modelo que continua a pressupor a racionalidade da ação capitalista e do uso da técnica, que conforma a natureza da reprodução do espaço nesse momento de desregulamentação e liberalização dos mercados pelo modelo de produtividade dado na atual mundialização. (*Ibidem*: 52)

A concretude desse discurso se impõe por meio do planejamento territorial como resultado da apropriação da política urbana regulamentada pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tem o Plano Diretor como instrumento básico de orientação para o crescimento e/ou ordenamento da cidade. E essas

¹¹ Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno: composta por 22 municípios do entorno goiano e mineiro.

condições iniciam um novo momento da gestão de terras na/da cidade, que no início do século XXI reforça a representação do direito à propriedade relacionada à moradia enquanto uma mercadoria de alto valor, e não o direito à moradia enquanto uma necessidade social básica.

Nesse contexto, a cidade se conforma de forma cada vez mais desigual e, segundo Vainer¹², as formas de desapropriação privada, a financeirização da cidade, os investimentos dos grandes bancos e as corporações internacionais estão mudando o lugar da cidade no processo de acumulação do capital, por isso também a cidade passa a estar no centro da luta de classes. Assim, observa-se a espacialidade de Brasília/DF relacionada não somente a grandiosidade do seu Plano urbanístico e arquitetônico, mas à composição da cidade para além dele. O espaço concebido pressionado pela tensão advinda da realidade que emerge do espaço vivido, evidenciando (também) a partir da questão da habitação a disputa pela cidade.

Entre o ambicionado e o espaço vivido se conforma a produção do espaço urbano da cidade e se constitui ações de resistências urbanas em meio as contradição que envolve a propriedade privada, a relação entre esta e a intensa especulação imobiliária, e a dissociação intencional por parte da classe dominante entre acesso à terra urbana e a renda fundiária.

A habitação tornada mercadoria desvela e desconstrói a ideia de que a forma da cidade poderia produzir relações mais igualitárias entre classes distintas; ao contrário, historicamente se reproduz em Brasília as contradições do sistema capitalista articuladas na dimensão dos processos hegemônicos globais. Ao mesmo tempo, enquanto direito social acessado somente via mercado indica, ainda, que o modelo de cidade concebida a partir dos interesses hegemônicos

12 Discurso proferido durante as atividades do Fórum Nacional da Reforma Urbana no Rio de Janeiro, no início de agosto de 2015.

não se encontra alinhado ao direito à Cidade, já que este não pode ser “concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais. [...] ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana” (LEFEBVRE¹³ *apud* HARVEY, 2013: 28).

A RESISTÊNCIA URBANA FORJADA PELA REIVINDICAÇÃO DA HABITAÇÃO

O exercício pela mudança da vida urbana indicado por Lefebvre (1999) analisado em diferentes níveis de ação indica uma tensão constante entre a luta pela **sobrevivência** e o desejo pela realização da vida plena. E não estamos nos referindo somente ao impacto da dimensão econômica que condiciona as necessidades materiais, mas à colonização do cotidiano que mascara as necessidades sociais da população pobre.

A captura da constituição do humano que trata Lefebvre (*apud* MARTINS, 1996), no entanto, não é total, e nestes termos os movimentos sociais urbanos tem explicitado o importante papel na representação desse residual, tornando explícito que as necessidades vão além das questões materiais, das carências, e são identificadas por esse autor (*Ibidem*: 15) como “pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível”.

Muito embora saibamos que a ideia de residual nesse contexto se refere aquilo que escapa ao processo hegemônico do capital, cabe questionar como pode ser residual uma massa de trabalhadores e trabalhadoras que representa a maior parte da população em situação de precarização? Como pode ser residual mais de 20 milhões de pessoas inseridas no déficit habitacional nacional? Como a condição de sobrevivência pode impulsionar um movimento de enfrentamento à

13 Henri Lefebvre, *Writingon Cities* (Oxford, Blackwell, 1996).

colonização do cotidiano e potencializar a ação coletiva dessa grande massa de trabalhadores e trabalhadoras organizados a partir de relações de solidariedade?

Claro está que como um direito social essencial à vida humana, e no contexto de crescente segregação socioespacial, a habitação tem sido indicador da desigualdade que “se faz cada vez mais presente através dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano” (BOTELHO, 2007: 13), o que tem resultado historicamente na expulsão dos habitantes da cidade não somente das áreas valorizadas, mas da própria cidade e, de modo geral, essa tem sido à base das grandes mobilizações nos últimos anos.

As condições de habitação no Brasil, ao lado de países como Índia e África do Sul, indica que estamos entre os países com maior déficit habitacional do mundo, considerando a perspectiva quantitativa – o número de famílias que não tem casa – e a qualitativa – número de famílias que moram em situação extremamente inadequada¹⁴ (BOULOS, 2014). Boulos (2014: 14) aponta, com base nos dados da Fundação João Pinheiros (2013), que o déficit habitacional quantitativo nacional é de 6.940.691 famílias (22 milhões de pessoas), entre as quais 43% vivem em situação de coabitação familiar e 31% tem um ônus excessivo com aluguel; enquanto o déficit habitacional qualitativo tem mais que o dobro de famílias em relação ao dado anterior: 15.597.624 famílias (48 milhões de pessoas). Segundo este autor,

[...] o problema da moradia reflete uma desigualdade social profunda. Quem sofre com essas condições tem nome e endereço:

14 Os componentes do déficit habitacional são: (1) domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e rústicos); (2) coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); (3) ônus excessivo com aluguel urbano; (4) e adensamento excessivo de domicílios alugados. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

são os trabalhadores mais pobres, que moram nas periferias das cidades. Essa lógica da desigualdade se mostra nua e crua quando vemos o número de imóveis vazios no país. (BOULOS, 2014: 16)

São 6.052.000 imóveis vazios no Brasil, dos quais 85% têm condições de serem imediatamente ocupadas (*Ibidem*). Contudo, o direito social relacionado à moradia esbarra na propriedade privada que (sem considerar os terrenos ociosos) está concentrada nas mãos de um pequeno grupo de capitalistas¹⁵.

Em Brasília/DF os componentes do déficit habitacional com maior representação em 2010 são a coabitação familiar (56.715 famílias) e ônus excessivo com aluguel urbano (50.659 famílias) – 45% e 40,2%, respectivamente – seguindo o padrão da região Centro-Oeste. Em 2011 e 2012, enquanto os dados referentes à coabitação familiar caem – 55.511 e 39.750 famílias, respectivamente – o quantitativo referente ao ônus excessivo de aluguel apresentou crescimento significativo – 72.676 e 80.973 famílias respectivamente.

A mobilização social e política frente a este cenário evidenciam que na medida em que se reorganizam as relações sociais e de produção nas diferentes fases de acumulação do capital, reorganizam-se também – em uma retomada mais intensa, menos pontual – ações de resistência urbana na composição das lutas sociais diante da superexploração da classe trabalhadora e da intensificação de privação de todas as ordens.

Entre a Remoção e a fixação: as ações de resistência

Considerando o crescimento do déficit habitacional nacional e as condições do DF nesse contexto, entendemos que a primeira ação de resistência se dá no âmbito da sobrevivência, nas urgências cotidianas que inicialmente estão mais *15 Boulos lembra que não estão inclusos nesse quantitativo os apartamentos de praia ou chácara, refere-se somente aos imóveis permanentemente desocupados usados para especulação imobiliária (Ibidem: 17).*

ligadas a dimensão econômica e a ausência de possibilidades de acesso a bens de consumo materiais e aos direitos básicos. Essa condição, ou a ausência de condições dignas de vida, aponta para a luta cotidiana em um caráter passivo no que tange a realidade social e política, onde o elemento comum é tomado pelas necessidades individuais de forma isolada.

A princípio, parece-nos uma ação de resistência forjada pelo simples fato de existir e insistir na ocupação de áreas que ofereçam alguma centralidade – a proximidade do trabalho, por exemplo, como no caso da Vila Cauhy¹⁶, Vila Telebrasil¹⁷ ou mesmo as habitações na W3¹⁸ – a possibilidade de acesso à terra urbana, mesmo que de forma precária e periférica, e/ou “simplesmente” a permanência em um imóvel/cômodo a ser dividido com toda família – alugado e/ou coabitado – como meio de garantir a *sobrevivência*.

No caso da população removida ainda nos primeiros anos de existência de Brasília (Figura 3), houve resistência já que, segundo depoimentos registrados (SOUSA, 1998; GUIDI, 2013), os candangos¹⁹ não queriam deixar as vilas e as relações de vizinhança formadas, mas foram convencidos pela possibilidade de acesso à propriedade do lote. Assim, a transferência faz com que essa população passe a ressignificar suas demandas, uma vez que as condições de remoção e instalação continuaram precárias, e os anos de consolidação dessas áreas se caracterizaram pelas dificuldades diante da ausência de infraestrutura e das

16 Localidade existente na Região Administrativa Núcleo Bandeirante.

17 A Vila Telebrasil é um antigo acampamento de trabalhadores da Construtora Camargo Correa que participaram da construção de Brasília em meados de 1958. Algumas famílias resistiram à desocupação e a localidade se consolidou; no entanto, ainda há conflitos referentes à regularização fundiária e aos usos de determinadas áreas. Vide <http://correiobrasiliense.lugarcerto.com.br/app/noticia/ultimas/2013/08/14/interna_noticias.47247/moradores-da-vila-telebrasil-farao-assembleia-para-decidir-sobre-novas-paralisacoes.shtml>

18 Sobre parte da população pobre que vive precariamente nos subsolos, sobrelojas e por trás do comércio da W3 Norte vide VIANA; FRANÇA; MARTINS (2012).

19 Como eram chamados os trabalhadores que vieram construir a cidade, a maioria do nordeste brasileiro.

longas distâncias a percorrer. Fato é que a remoção enquanto imposição, já que oficialmente não havia outras alternativas para os candangos, indica a tendência segregadora e discriminatória que distingue a população social e espacialmente (GOUVÊA, 1991).



*Figura 3 – Remoção de barracos para Samambaia em 13/04/1989
Foto: Rodolfo Stuckert /Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal*

Ao mesmo tempo, parte da população que recusou a “proposta” de transferência e decidiu lutar pela fixação, enfrentando a determinação coordenada no âmbito do Estado, conquistou a permanência no lugar habitado, como é o caso emblemático da Vila planalto, às margens da L4 Norte, e da Vila Telebrasilândia (Figura 4), às margens da L4 Sul, esta última apesar de ter tido famílias removidas teve sua fixação reconhecida no início dos anos 2000. A luta pela fixação em Brasília, ainda nos primeiros anos da cidade, evidencia, a nosso ver, uma segunda dimensão da resistência que está sobreposta em relação dialética com a necessidade de sobrevivência inicial, uma vez que reivindicam o reconhecimento e regulamentação da fixação nos locais em que já construíram vínculos e relações sociais, além da proximidade do trabalho e/ou a possibilidade de ter que realizar menor deslocamento, e o fazem por meio da organização coletiva, ainda que em certa medida.



Figura 4 – Barracos da ocupação na Telebrasília removidos para Samambaia em 22/02/1991. Foto: Luiz Cruvinel /Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

O *Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante* foi um dos principais movimentos de caráter popular que se caracterizou, segundo depoimento de um dos seus integrantes dado a Sousa (1998), pelo sentido de comunidade responsável por dar à ação de resistência urbana um forte caráter de coletividade. Isso porque ainda segundo esta autora (*Ibdem*: 187), estava expressa nas falas “uma sociabilidade nascente permeada pela solidariedade, onde cada um se sentia responsável pela causa de todos”.

A luta pela habitação empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do DF (MTST/DF), a partir de 2010, busca resgatar o reconhecimento desse sentido de comunidade em uma cidade fortemente fragmentada, mas que tem na realidade precária da vida um elemento potencialmente agregador a partir do reconhecimento da condição socioespacial vivida. E a atual condição de sobrevivência dos (as) trabalhadores (as) explicita a perpetuação das condições de exclusão e da submissão dos direitos sociais aos interesses econômicos de mercado, contexto que marcou, também, a atuação do Movimento *Os Incansáveis da Ceilândia* já no ano de 1979.

Esse movimento empreendeu a luta pela regularização dos lotes ocupados sob a coordenação do governo do Distrito Federal na Ceilândia à época da Campanha de Erradicação de Invasões (1971). A Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, segundo Guidi (2013), questionava a alteração implementada em 1979 quanto à cobrança de preço de mercado pelos lotes, que dentro da política social do governo deveria ter preços simbólicos compatíveis com a renda como indicado no momento da remoção²⁰. A comissão questionava: “Por que vamos pagar esse preço se a gente veio para cá tudo na mesma época e sofre as mesmas privações? Como fica agora nossa situação de povo trabalhador que construiu a capital do nosso país?” (GUIDI, 2013: 63).

A reivindicação de questões objetivas relacionadas à habitação e a infraestrutura urbana desvela elementos subjetivos onde os (as) trabalhadores (as) buscam reconstruir um ambiente de vizinhança, formas de identidade coletiva e uma sociabilidade na qual se comparte os momentos de privação do sentido urbano na cidade, e em função desta privação também passam a compartilhar a luta organizada que resultou em diversas mobilizações populares ao longo da década de 1980. Regressamos no tempo e destacamos o Movimento dos *Incansáveis da Ceilândia* por reconhecer nesse movimento não somente a força da organização coletiva entre os interessados na regularização de seus lotes, mas o poder agregador e mobilizador deste em relação a outras entidades, considerando o apoio de diferentes sindicatos, associações, e da própria OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) seção DF.

Brasília/DF está sincronizada com o movimento nacional que neste momento (década de 1980) desencadeia nos bairros de periferia urbana em várias outras cidades no Brasil, segundo Sader (*apud* GUIDI, 2013:86), a organização da

²⁰ A referência do acordo inicial está na Resolução 75/1971 da Novacap que, segundo Guidi (2013: 67) “na ocasião havia levado em conta as condições econômicas dos removidos [...]”.

população em “luta pela obtenção de bens e serviços de consumo coletivo, colocando em cena novos atores políticos e contribuindo assim para a formação de novos sujeitos coletivos, novas práticas e formas de fazer política por meio das organizações de base”²¹.

A vitória dos Incansáveis da Ceilândia em 1986/87, após quase uma década de enfrentamento, indica as ações de resistência urbana constituída muito além da demanda material, mas relacionada à possibilidade de vida digna. A luta por justiça assume um caráter popular que mobiliza a organização e gera uma identidade coletiva, ainda que essa forte mobilização tenha se enfraquecido ao longo dos anos em função da ação burocrática da justiça brasileira, se dissipando a partir da conquista histórica frente à TERRACAP, quando, em última estância, foi dado ganho de causa as 468 famílias que iniciaram o processo judicial. Posteriormente, a sentença em favor dessas famílias foi estendida por reivindicação do movimento às outras famílias que estavam em situação similar, ainda que não tivessem composto o processo judicial; assim, as famílias removidas para Ceilândia sem oferta de qualquer infraestrutura ganharam o direito de realizar o pagamento do lote de acordo com a Resolução 75/1971 da Novacap.

Se por um lado a experiência de lutas²² na Ceilândia foi um território fértil na composição de relações de solidariedade voltada à ação coletiva; por outro, a intensa e contínua fragmentação da própria Região Administrativa foi vista por Guidi (*Ibdem*: 158) como um obstáculo a formação/consolidação dessa identidade comum, elemento importante no processo de mobilização e luta social.

21 Recife foi uma das cidades com movimentos de bairros históricos nesse período que com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base desenvolveu atividades políticas importantes na década de 1980. Vide MARTINS (2009).

22 Desde a persistência inicial de permanecer em lotes em meio ao cerrado virgem sem nenhum apoio, diante da falta de opção, até a resistência de manter a mobilização ao longo dos anos até a regularização nos termos inicialmente propostos.

Nesse início do século XXI – mais de 20 anos após a ação dos *Incansáveis da Ceilândia*– apesar da fragmentação espacial que impacta as lutas sociais em Brasília e em outras grandes cidades, nota-se uma recomposição progressiva diante da agressividade de um “novo” momento de acumulação do capital, no qual o espaço urbano se torna elemento central.

A retomada da disputa pela habitação e o protagonismo do MTST

No processo de acumulação capitalista contemporâneo, a habitação apresenta uma particularidade em relação às demais mercadorias: está condicionada à disponibilidade de terra urbana, tida como raridade no final do século XX, o que explicita cada vez mais a tríade base da análise de Marx – Terra-Capital-Trabalho –, por muito tempo dicotomizada no par Capital-Trabalho. Ao considerar o espaço como fonte de novas contradições Duarte (1999: 76) aponta três práticas espaciais que se opõem: a estatista e a dos grandes interesses privados, e “estas duas contras as *ações sociais* (coletivas) que lutam para usar, para ‘diferenciar’”, ou seja, pela possibilidade de apropriar-se da cidade por meio da resistência urbana como prática espacial, ainda que entre conflitos e contradições inerentes ao processo dialético da composição social.

No período de consolidação do projeto neoliberal não são poucas as experiências de ações sociais empreendidas pelos movimentos sociais que se contrapõem a esse modelo, ainda que segundo Badiou (*apud* ZIZEK, 2012: 23) o verdadeiro inimigo na contemporaneidade seja a chamada *ilusão democrática*, uma vez que os mecanismos democráticos vigentes “são parte do aparato estatal burguês que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista”. Frente a esse aparato o impacto das ações de resistência urbana dos movimentos sociais urbanos tensionam a dinâmica social diante de sua efervescência. E essa efervescência é traduzida por Aguirres Rojas (2010) pela vanguarda dos

movimentos sociais da América Latina nos últimos anos, dando-lhe certo protagonismo por suas ações.

Assim como a União Soviética ocupava esse papel de vanguarda nos anos vinte e a China o ocupou até os anos sessenta do século passado, agora essa posição cabe à América Latina. O Movimento dos Sem Terra no Brasil, dos *Piqueteros* na Argentina, os movimentos indígenas do Equador, Bolívia e Peru, os movimentos sociais de resistência popular no Chile, Colômbia e Nicarágua, entre outros tantos, são manifestações que confirmam, nos últimos 15 ou 20 anos, esse papel de destaque junto aos movimentos sociais em todo mundo. (*Ibdem*: 111)

Soma-se a essas experiências, a onda de manifestações e protestos que renova e recompõe, em escala global, as ações de resistência urbana, trazendo à ordem do dia o grito popular que reforça o “novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar os espaços públicos dos principais centros urbanos do mundo, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado” (CARNEIRO, 2012:10). E como situar a luta pela habitação no Brasil nesse contexto? Ou talvez seja importante pensarmos como a luta pela habitação no país, influenciada pela ação dos movimentos articulados em uma rede global, incorpora o caráter anticapitalista na construção da luta pelo direito à Cidade? A luta por direitos em caráter mais amplo nos dá essa perspectiva?

A disputa pela conquista do que o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) tem denominado de *criação do poder popular*, de modo a instituir a luta cotidiana não somente pela moradia, mas pelo direito à Cidade enquanto direito à Vida, à urbanidade, coloca-nos frente àqueles que ao se contrapor à ordem hegemônica do capital, colocam em questão e tensionam suas estruturas. Nesse contexto, segundo Carneiro (*Ibdem*: 08), “a rebelião popular [internacional]

voltou à ordem do dia” e tem como papel central colocar em pauta nos grandes centros econômicos e políticos do mundo o que é vivenciado cotidianamente com maior intensidade nos países em desenvolvimento: a desigualdade econômica, a intensa segregação socioespacial, a violação de direitos, em meio à dinâmica de ordenamento e explosão da cidade numa tentativa de implosão do seu sentido humano e solidário.

O que se inicia aparentemente como uma rebelião popular, a nosso ver, ganha amplitude no Brasil dando visibilidade às lutas sociais empreendidas no cotidiano, que embora colonizado pelo ideário neoliberal guarda em si a possibilidade de transformação. O protagonismo dos movimentos sociais na luta pelo espaço de realização da vida toma as ruas no Brasil em 2013 desencadeando forte mobilização de massa em função dos reajustes tarifários nos transporte e uma série de violações sociais sofridas pela população pobre da periferia. E a identidade periférica assumida pelo MTST reforça, nesse momento, suas ações de resistência urbana que passam a ter maior visibilidade e fortalecendo o seu poder de mobilização e a defesa do direito de ocupação de espaços públicos como meio de construir solução para habitação digna, uma vez que a ocupação implica no envolvimento e subversão de todas as trajetórias da vida cotidiana na construção de uma luta radical²³.

Também em Brasília/DF a organização coletiva se torna não somente uma possibilidade de enfrentamento da realidade vivida, mas a única via de combate ao ataque aos direitos sociais empreendidos pela classe política conservadora do país. A disputa também na capital federal se dá pelos rumos da política local, pela visão de sociedade e cidade, fazendo com que ao tratar a questão da habitação seja necessário discutir o ajuste fiscal imposto pelo governo federal que tem adotado uma política econômica neoliberal, ou, ainda, seja necessário colocar em

23 Indicação registrada em uma entrevista da militante Simone Silva (MTST/SP) para o canal Facción, em decorrência da sua participação no ELLA 2015.

pauta os ataques à legislação trabalhista ao considerar que os (as) trabalhadores (as) pobres que compõem o movimento são os mais vulneráveis à precarização do trabalho²⁴, conforme explicita o coordenador nacional, Guilherme Boulos²⁵.

Seguramente vivemos uma conjuntura político-econômica distinta se compararmos com a realidade de 35 anos atrás. Mas é gritante a permanência da contínua submissão dos (as) trabalhadores (as) a uma lógica de extrema necessidade (Figuras 5 e 6), levando o movimento local – MTST/DF – a assumir enfrentamentos burocráticos diante das dificuldades impostas pelo governo do Distrito Federal que continua excluindo parte dessa população por não se encaixar nas “exigências” para o cadastramento no programa habitacional distrital (Programa Morar Bem) e/ou para recebimento do auxílio aluguel considerando a vulnerabilidade a qual estão submetidas os (as) trabalhadores (as).

A organização coletiva do MTST em Brasília a partir de 2010 implica na retomada da questão da habitação articulada a diversas demandas da vida cotidiana, fazendo com que essa questão, até então tratado de forma pulverizada diante da desarticulação dos antigos movimentos sociais do DF, seja recomposta e tornando explícito que ao fazê-lo questiona e disputa o modelo de cidade posto no cenário da política neoliberal.

Com a atuação do MTST/DF as *ocupações urbanas* passam a ser realizadas por essa organização com intuito claro de que áreas que estão a serviço da especulação imobiliária, mantidas na cidade sem cumprir a função social da propriedade, prevista na legislação urbana vigente (Lei nº 10257/2001), sejam revertidas à habitação de interesse social. Assim como acontece em outras cidades e articulados a outras organizações coletivas, o MTST/DF problematiza a segregação para além da diferenciação econômica, mas como contradição explícita na condição de injustiça socioespacial.

²⁴ Referência ao PL4330.

²⁵ Entrevista concedida por Guilherme Boulos ao jornal *El País* em 21 de abril de 2015.



*Figura 5 – Remoção de barracos para Samambaia em 13/04/1989
Foto: Rodolfo Stuckert / Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal*



*Figura 6 – Ocupação Rosa Luxemburgo, MTST/DF.
Foto: Ananda Martins. Agosto/2015*

Ou seja, as *ocupações urbanas* realizadas em áreas periféricas pelo MTST²⁶ objetiva denunciar a especulação imobiliária favorecida pelo Estado, além de fazer desse espaço lugar no qual é possível “intensificar a mobilização para a construção da resistência urbana enquanto prática coletiva” (MARTINS, 2015) por meio de formações e produções colaborativas, a autogestão, a reapropriação do sentido de morar.

Nesse sentido, a repercussão da Ocupação Novo Pinheirinho²⁷ em Ceilândia em 2012, e a ocupação de mesmo nome realizada em Taguatinga no ano seguinte (2013) marcou uma sequência de atos e ações em conjunto com outros movimentos do Distrito Federal (Movimento Passe Livre, Comitê contras as Violações da Copa 2014) que deram visibilidade ao MTST na capital federal, considerando também o reflexo do protagonismo desse movimento em escala nacional. A onda de manifestações por ocasião da Copa do Mundo 2014 ampliou ainda mais essa visibilidade em função da presença da mídia internacional presente no Brasil, testemunhas de diversas ações arbitrárias autorizadas pelos governos de Estado e efetivadas por um aparato policial que fez das ruas das principais capitais do país, e também da capital federal, cenário de fortes enfrentamentos.

Habitação para a população pobre, problemática histórica no Brasil e em intenso processo de agravamento nos países em crise, tem sido tratada com a intervenção da polícia que coordenada e autorizada pelo governo local pratica violações de direitos humanos de todas as ordens. No entanto, a forte repressão

26 As ocupações urbanas são empreendidas por diferentes movimentos sociais com estratégias e/ou perspectivas distintas. Por exemplo, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), outro grande movimento de luta pela moradia no Brasil, assume como estratégia a ocupação de edifícios abandonados em áreas centrais das cidades, pressionando pela requalificação dessas propriedades para a habitação de interesse social.

27 Referência a Ocupação do Pinheirinho, em São Paulo, onde foi realizada uma ação de despejo brutal por ordem do Governo do Estado de São Paulo.

empreendida pelos governos do Distrito Federal, diferente de outros momentos da história, não tem sido eficaz na desarticulação e enfraquecimento das ações de resistência urbana (Figura 7), que nesse momento tem como base as condições de sobrevivência como mobilizador inicial, o incentivo à construção de relações de solidariedade de modo a recompor a identidade coletiva capaz de superar os interesses individuais, e a necessidade latente da construção de um projeto político alternativo reunindo trabalhadores (as) em condição de precarização da vida em diferentes níveis.

Direta ou indiretamente a luta pela habitação na atualidade está articulada a outras escalas e está fortemente influenciada pelo entrelaçamento de distintas experiências. A luta local inserida no movimento global de resistência urbana reforça a ação política na luta por direito, e motivados pelas experiências no Brasil e em outros países uma nova onda de ocupações urbanas foi realizada em Brasília em fevereiro de 2015: o MTST/DF realizou 06 ocupações simultâneas no DF em áreas públicas exigindo auditoria nas ações da TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – instituição pública que realiza gestão das terras públicas do DF), bem como soluções a curto e médio prazo para garantia do direito à habitação de interesse social às famílias que participam do movimento; a desocupação dessas áreas se deu em função da negociação com o Governo do Distrito Federal, que embora tenha sinalizado positivamente não efetivou os acordos tratados. Assim, em julho de 2015 duas novas ocupações urbanas, estas assumindo caráter mais permanente, foram realizadas – Ocupação Maria da Penha, em Planaltina, e Ocupação 26 de Julho²⁸, em Samambaia.

Inicia-se um novo ciclo de construções coletivas – internas ao MTST/DF, junto às famílias, e externas, na construção de uma frente de resistência urbana articulada em escala local e nacional. E a observação das ações do MTST/

28 Referência ao movimento revolucionário 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, que mobilizou e concretizou a Revolução Cubana em 1959.

DF ratifica que a habitação na capital federal, por muito tempo elemento de barganha entre Estado, associações/cooperativas e grandes construtoras, passa a ser disputada, novamente, em outros termos, a partir da ação política voltada à coletividade que dá sustentação à mobilização de famílias de trabalhadores e trabalhadoras, ainda que em meio a uma série de dificuldades cotidianamente enfrentadas pelo forte impacto das necessidades básicas não atendidas.



Figura 7 – Ato realizado dia 01 de outubro de 2015 na sede da TERRACAP em resposta à repressão gratuita sofrida pelo MTST/DF na Ocupação 26 de Julho, em Samambaia. Fotos: Ananda Martins.

UM NOVO CICLO DE LUTAS EM BRASÍLIA/DF

O novo ciclo de lutas sociais em Brasília/DF é marcado pelo poder estratégico de capitalização política da luta pela habitação considerando o protagonismo do MTST/DF e a demanda efetiva dessa reivindicação pelas famílias indicadas no alto déficit habitacional da capital federal. É um momento importante para realizar reflexões mais profundas no que tange à ação política e a resistência urbana enquanto prática espacial em meio à nova composição (ou a renovação) dos movimentos locais em processo de mundialização da luta social: por condições de vida digna e justiça econômica, política, cultural, social e espacial; pelo direito de se apropriar coletivamente de espaços públicos, pelo o direito à Cidade, o direito a ter direitos.

O indicativo da organização coletiva, segundo Porto-Gonçalves (1999: 69), é o entendimento de que o movimento social:

[...] é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial não sendo destituído de sentido o fato daqueles que se colocam em posição hegemônica numa determinada ordem estigmatizar como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem.

A utopia da proposta por Lefebvre no que se refere ao direito à Cidade vai sendo constantemente recomposta em sua dimensão prática a partir das ações coletivas empreendidas por esses movimentos sociais que ao se apropriar do discurso referente à disputa pelos espaços da cidade e seus diversos usos evidenciam a dimensão do vivido e sua condição concreta: precarização e degradação da vida humana como custo a ser pago pela sobrevivência de um sistema econômico que se viabiliza politicamente a partir da produção do espaço.

E se as condições de sobrevivência proporcionam a muitos a possibilidade de constituir-se enquanto protagonistas da transformação, o enfrentamento seguramente não se dá somente pelo objeto central de reivindicação, mas contra uma série de intervenções e condições que mantem o nível de precarização da vida: a criminalização das ações e dos movimentos sociais, a especulação imobiliária no processo mercantilização da cidade, o não cumprimento da função social da propriedade e da cidade, os impactos da relação entre a propriedade e a renda fundiária no conjunto da sociedade.

Ou seja, a problemática se coloca na disputa e nos conflitos que se constituem entre as estratégias para apropriação privada da cidade (propriedade privada) e as estratégias de apropriação coletiva do espaço urbano. E para a efetiva apropriação coletiva do espaço urbano é preciso superar, no discurso e na prática da luta cotidiana, a lógica da necessidade individual ordenada pela sociedade burguesa, que intenciona subjugar o sentido humano às necessidades

práticas (HELLER, 1986). Ao fazê-lo transforma as necessidades em abstração, “reduciéndolas a meras necesidades de supervivencia. Precisamente por ello las necesidades dirigidas a la supervivencia no pueden formar grupos autónomos de necesidades de carácter general desde un punto de vista histórico-filosófico” (HELLER, 1986: 27).

Nesse Sentido, as ações de resistência urbana frente a essa conjuntura assumem, inevitavelmente, outro patamar, pois se torna imprescindível que a organização coletiva motivada pelas condições de precarização da vida represente mais que uma demanda e uma série de reivindicações objetivas; torna-se necessário que ao assumir a luta por direitos, os movimentos sociais urbanos, e entre eles o MTST, construam alternativas efetivas para além da lógica indicada por Heller. E diante da vida, ou para muitos as condições de sobrevivência, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes aos conflitos reforçamos, como indica Harvey (2013), que a mobilização social e a luta política/social se tornam a alternativa possível para a prática do direito à Cidade enquanto exercício pela mudança da vida urbana (LEFEBVRE, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRES ROJAS, C.A. (2010). Para compreender o século XXI: uma gramática de longa duração. Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo Fundo: UPF.
- BOTELHO, A. (2007). O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- BOULOS, G. (2014). Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci.
- CAMPO, N. (1998). A Segregação Planejada. In: PAVIANI, A. (Org). A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília: Editora da UnB.
- CARNEIRO, H.S. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al.

- Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- DOYLE, P.C. (1996). Comercialização de habitações populares em Brasília. In: PAVIANI, A. (Org). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, .
- DUARTE, C.R. (1999). Notas de pesquisa: das contradições do espaço ao espaço vivido em Henri Lefebvre. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L (Orgs). O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto.
- FERREIRA, I.C.B. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org). Brasília, ideologia e realidade. O espaço urbano em questão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FILIPPO, F.C. & MEDEIROS, E.L. (2014). Ensaio sobre a política habitacional no DF. In: MTST. Revista Territórios Transversais: Resistência Urbana em Movimento [impressa]. Ano 1, nº 1, junho. São Paulo.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (2013). Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte.
- GOUVÊA, L.A. (1998). A capital e o controle de segregação social. In: PAVIANI, A. (Org). A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- GUIDI, M. (2013). Incansáveis Moradores da Ceilândia: Uma história de lutas. Brasília: Edição do Autor.
- HARVEY, D. (2004). A liberdade da cidade. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- HELLER, A. (1986). Teoría de las necesidades en Marx. Barcelona: Ediciones Península, 2ª edição. [Traduzido por J.F. Yvars]

- JACCOUD, L. (1998). Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964. In: PAVIANI, A. (Org). *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- LEFEBVRE, H. (1999). *Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, .
- LEFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- MARTINS, A.M. (2009). *Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife – PE*. [Dissertação de mestrado]. Brasília: Programa de Pós- Graduação em Geografia da UnB.
- MARTINS, A.M. (2015). A disputa pela habitação em Brasília: é tempo de Resistência! In: *Geocritiq*. 10 de julho de 2015, nº 152. [ISSN: 2385–5096]. <<http://www.geocritiq.com/2015/07/a-disputa-pela-habitacao-em-brasilia-e-tempo-de-resistencia/>>
- MARTINS, J.S. (1996). *O retorno à dialética em Henri Lefebvre*. São Paulo: EDITIRA HUCITEC,
- NUNES, B.F. (2004). *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15.
- PAVIANI, A. (1987). Periferização urbana. In: PAVIANI, A. (Org). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- PAVIANI, A. (1998). A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (Org). *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,
- PENNA, N.A. (2000). *Brasília: do espaço concebido ao espaço vivido. A dinâmica de uma metrópole planejada*. [Tese de doutorado]. São Paulo: USP.
- PINTO, M.B. (2004). A questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. *Libertas*. Juiz de Fora, v.4 e 5, nº especial, p. 92-117, jan-dez / 2004, jan-dez / 2005. ISSN 1980-8518. Disponível em <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>. Acessado em 02/07/2015.

- PORTO-GONÇALVES, C.W. (1999). A territorialidade seringueira. Geografia e Movimento Social. Revista GEOgraphia. Ano 1, n. 2, p. 67-88.
- SILVEIRA, M.L. (2008). Metrôpoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história. In: SILVA, C.A. & CAMPOS, A. Metrôpoles em mutação: Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ.
- SOUSA, N.H.B. (1998). O movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. In: PAVIANI, A. (Org). A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- STEINBERGER, M. (1999). Formação do Aglomerado Urbano de Brasília no contexto nacional e regional In: PAVIANI, Aldo (Org). Brasília - Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- VAINER, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- VIANA, R.; OLIVEIRA JR, G.; MARTINS, A.M. (2010). O empreendedorismo urbano na cidade de Brasília: a subordinação das políticas urbanas ao mercado imobiliário. Revista GEOgraphia [online]. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/379/298>
- VIANA, R.V.; FRANÇA, K.C.B.; MARTINS, A.M. (2012). Brasília: as linhas retas pelo avesso ou no entrecortar do uso In: Cadernos Metrôpole / Observatório das Metrôpoles. Vol. 14, n. 27. São Paulo: EDUC, jan/jun, 2012.
- ZIZEK, S. (2012). O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. et al. Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.